

Keity Saboya

Ne Bis in Idem

História, Teoria e Perspectivas

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2014

Copyright © 2014 by Keity Saboya

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S117n

Saboya, Keity.

Ne bis in idem : história, teoria e perspectivas / Keity Saboya. - Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2014.

xv, 361 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 287-337.

ISBN 978-85-8440-126-0

1. Direito penal. 2. Processo penal. 3. Direito administrativo. 4. Sanções
(Direito). I. Título.

CDD – 345

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Paulo Queiroz IX

PREFÁCIO

Prof. Dr. Carlos Eduardo Adriano Japiassú XVII

PREFACE

Prof. Dr. John A. E. Vervaele XXI

INTRODUÇÃO 1

1. ASPECTOS UNIVERSAIS DO PRINCÍPIO DO

NE BIS IN IDEM 5

1.1. Origem e manifestações históricas mais relevantes 5

1.2. Sentido e alcance do princípio do *ne bis in idem*: reflexão
preambular 20

1.3. Ambiguidades das expressões utilizadas nas definições normativas
do princípio do *ne bis in idem*: questões a serem resolvidas 29

1.4. Configuração do princípio do *ne bis in idem* no direito
internacional: notas relevantes 32

1.5. Breves comentários sobre o sentido e o alcance do princípio do
ne bis in idem nos debates da Associação Internacional de
Direito Penal (AIDP) 35

1.6. Tribunal Penal Internacional 37

1.7. Corte Interamericana de Direitos Humanos 40

2. O PRINCÍPIO DO *NE BIS IN IDEM* NA EXPERIÊNCIA

JURÍDICA EUROPEIA 49

2.1. O princípio do *ne bis in idem* no direito interno de alguns
Estados europeus 49

2.2. O princípio do *ne bis in idem* na União Europeia 74

2.2.1. Extensão do princípio do *ne bis in idem* na jurisprudência
do Tribunal de Justiça da União Europeia 79

2.3. A Corte Europeia de Direitos Humanos e o princípio do <i>ne bis in idem</i>	93
3. INTERFACES ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR	103
3.1. Potestade sancionadora da administração: do poder de polícia ao direito administrativo sancionador	103
3.2. Potestade sancionadora da administração como uma das manifestações do <i>ius puniendi</i> do Estado	108
3.3. Inter-relação entre o ilícito penal e o ilícito administrativo	114
3.3.1. Teorias da dualidade ontológica	115
3.3.2. Teorias da unidade ontológica	121
3.3.3. Via de Mezzo	129
3.3.4. Teoria da integração normativa	131
3.3.5. Orientação adotada	133
3.4. Homogeneidade das funções das sanções penais e das sanções administrativas de heterotutela	139
3.5. Aplicação matizada dos princípios cardeais do direito penal à potestade administrativa sancionadora	147
4. CONTRIBUTO PARA A DENSIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM	153
4.1. Significado	153
4.2. Fundamento	155
4.3. Função	166
4.4. Pressupostos de aplicabilidade do princípio do <i>ne bis in idem</i>	168
4.4.1. Identidade de sujeito	169
4.4.2. Existência de anterior consequência sancionatória (o <i>bis</i>)	174
4.4.3. Identidade de fatos e fundamentos (o <i>idem</i>)	177
4.4.3.1. Situações discutidas	188
4.5. Interseção entre o direito penal e o direito administrativo sancionador: critérios de resolução	193
5. EM BUSCA DA SUPERAÇÃO DAS DISFUNÇÕES DO PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM NO DIREITO BRASILEIRO	213

5.1. Marcos histórico-normativos e limitação interpretativa do princípio do <i>ne bis in idem</i>	213
5.2. Dimensão processual	226
5.3. Dimensão material	231
5.3.1. Proibição de reavaliação das circunstâncias de aplicação da pena	232
5.3.2. A questão da reincidência	237
5.3.3. Sistema de aplicação de pena ante a identidade dos atos de execução do concurso formal: a desconformidade do art. 70, <i>caput</i> , parte final, do Código Penal brasileiro com o princípio do <i>ne bis in idem</i>	246
5.4. Aspectos de ordem processual e material decorrentes da proibição de acumulação de sanções penais e sanções administrativas pelos mesmos fatos e fundamentos (dimensão transversal do princípio do <i>ne bis in idem</i>)	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE CONCLUSIVA, PERSPECTIVA CRÍTICO-REFLEXIVA E PROPOSIÇÕES	279
REFERÊNCIAS	287